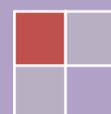


2014

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras 2014





Índice

Introdução.....	1
8 Anexos às demonstrações financeiras (ponto 8 do POCAL)	2
8.1 Caraterização da entidade.....	2
8.1.1 Identificação	2
8.1.2 Legislação	3
8.1.3 Estrutura organizacional efetiva	3
8.1.4 Descrição sumária atividades.....	4
8.1.5 Órgão executivo	4
8.1.6 Organização contabilística	5
8.1.7 Outra informação relevante.....	5
8.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados	6
8.2.1 Disposições do POCAL derogadas.....	6
8.2.2 Contas não comparáveis com exercícios anteriores.....	6
8.2.3 Cotações para conversão de moeda	7
8.2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira	7
8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado.....	7
8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».....	7
8.2.7 Movimentos ocorridos no imobilizado	7
8.2.8 Informação dos mapas desagregada	9



8.2.9	Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.	9
8.2.10	Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.....	10
8.2.11	Quadro das reavaliações	10
8.2.12	Informação sobre imobilizações:	10
8.2.13	Bens utilizados em regime de locação financeira	10
8.2.14	Bens do imobilizado que não foi possível valorizar	10
8.2.15	Bens de domínio público que não são objeto de amortização.....	11
8.2.16	Entidades participadas	11
8.2.17	Títulos negociáveis	11
8.2.18	Outras aplicações financeiras.....	11
8.2.19	Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.....	12
8.2.20	Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.	12
8.2.21	Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.....	12
8.2.22	Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.	12
8.2.23	Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.	12



8.2.24	Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.....	12
8.2.25	Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.....	12
8.2.26	Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa.	13
8.2.27	Provisões (desdobramento)	14
8.2.28	Fundo Patrimonial (Classe 5) - Variações.....	14
8.2.29	Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas..	15
8.2.30	Demonstração da variação da produção	15
8.2.31	Demonstração dos resultados financeiros.....	15
8.2.32	Demonstração dos resultados extraordinários.....	15
8.3	Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução.....	16
8.3.1	Modificações do orçamento	16
8.3.2	PPI.....	16
8.3.3	Contratação administrativa.....	16
8.3.4	Transferências e subsídios	16
8.3.5	Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável.....	17
8.3.6	Endividamento	17



Introdução

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar informação adicional tendo em vista proporcionar um mais claro entendimento da informação financeira expressa naqueles documentos.

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2014 foram preparadas de acordo com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2002, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro. Foi igualmente considerado o disposto na Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas, alterada pela Resolução n.º 26/2013.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios contabilísticos preconizados no POCAL.

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a sequência definida no ponto 8 do POCAL, servindo, adicionalmente, para explicar ou dar a compreender certos aspetos ou dados que as demonstrações financeiras não conferem ao utilizar destes documentos.



8 Anexos às demonstrações financeiras (ponto 8 do POCAL)

8.1 Caraterização da entidade

A informação de identificação e caracterização do **Município de Sever do Vouga**, encontra-se evidenciada no mapa síntese que acompanha a prestação de contas ao Tribunal de Contas, conforme consta do disposto na Resolução n.º 4/2001, de 18 de agosto do Tribunal de Contas, alterada pela Resolução n.º 26/2013.

8.1.1 Identificação

O concelho de Sever do Vouga está situado no distrito de Aveiro e na NUT III – Baixo Vouga e NUT II - Centro, com uma população residente de 12.356 pessoas e área de 129,85 km². O concelho é composto por sete freguesias: União de Freguesias de Cedrim e Paradela, União de Freguesias de Silva Escura e Dornelas, e Freguesias de Couto de Esteves, de Pessegueiro do Vouga, de Rocas do Vouga, de Sever do Vouga, e de Talhadas.

O Município de Sever do Vouga é uma pessoa coletiva de direito publico, com o Número de Identificação de Pessoa Coletiva 502704977, exercendo as competências conferidas pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais, integrando a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

A Camara Municipal é o órgão executivo, reunindo bimensalmente no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, na quarta-feira da segunda e quarta semana de cada mês, sendo pública a sua primeira reunião.

As suas competências e regime jurídico de funcionamento encontram-se definidos no art.º 23º e seguintes do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O edifício dos Paços do Concelho situado na vila de Sever do Vouga e o Município de Sever do Vouga com sede nesse edifício têm o seguinte NIPC, contatos e endereço:

Endereço	Contatos	
Largo do Município	Telefone	234 555 566
3740 – 262 Sever do Vouga	Fax	234 552 982
NIPC 502 704 977	Mail	cm.sever@cm-sever.pt



8.1.2 Legislação

- Lei das Autarquias Locais - Lei n.º 169/99, de 18/9 (alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1);
- Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Regime Financeiro das Autarquias Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- POCAL - Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (mais alterações1);
- Código de Procedimento Administrativo – Lei nº 6/96.

8.1.3 Estrutura organizacional efetiva

8.1.3.1 Estrutura orgânica:

O modelo de estrutura orgânica e a estrutura nuclear foram aprovadas na Sessão de 17/12/2010, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na Reunião de 9/12/2010, com publicação feita no Diário da República 2ª Série, n.º 13, de 19/01/2011.

Na Reunião de 28/11/2012 foi submetida nova proposta de fixação do número máximo de unidades flexíveis e número máximo total de subunidades orgânicas que foi aprovada na Sessão de 14/12/2012 e cuja deliberação foi publicada em Diário da República 2ª Série, n.º 24, de 4/02/2013.

No mesmo Diário da República de 4/02/2013 foi publicada uma síntese da deliberação de 26/12/2012 sobre a criação das três unidades orgânicas flexíveis. Na mesma publicação consta o despacho do presidente da câmara municipal de 27/12/2012, através do qual criou as subunidades orgânicas e realizou a afetação dos trabalhadores pelas subunidades orgânicas criadas.

O “Regulamento de organização dos serviços municipais” foi publicado no Diário da República 2ª Série, n.º 149, de 5/08/2013.

1 Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro; Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 4 de Maio; Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro



8.1.3.2 Mapa de pessoal

O mapa de pessoal foi aprovado em Reunião de 13/11/2013 e na Sessão de 29/11/2013.

8.1.4 Descrição sumária atividades

As atividades são as indicadas no ponto 8.1.5.2, com exceção da atribuição de abastecimento de água e saneamento básico.

8.1.5 Órgão executivo

8.1.5.1 Membros

Os membros pertencentes ao órgão “Câmara Municipal” e com responsabilidade no período de 01/01/2014 até 31/12/2014 são os seguintes:

Nome	Cargo	Regime
Dr. António José Martins Coutinho	Presidente	T.I.
Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e	Vice-Presidente	T.I.
Eng.ª Maria Elisabete Martins Henriques	Vereadora	T.I.
Raul Alberto da Conceição Duarte	Vereador	T.I.
Dr. Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira	Vereador	---
Enf.ª Idalina Pereira Tavares	Vereadora	---
António Rodrigues Ferreira	Vereador	---

T.I. – Tempo inteiro; T.P. – Tempo parcial

Competências e delegação

Art.º 13º Lei n.º 159/99[1]	Competência	Vereador[2]	Vereador[3]
a) Equipamento rural e urbano	Equipamento	Dr. Coutinho	--
b) Energia	--	--	--
c) Transportes e comunicações	Obras Municipais	Raul Duarte	--
d) Educação	Educação	Dr. Coutinho	Dr. Almeida e Costa
e) Património, cultura e ciência	Cultura	Dr. Coutinho	Dr. Almeida e Costa
f) Tempos livres e desporto	Desporto	Eng.ª Elisabete	--
g) Saúde	--	--	--
h) Ação social	Ação Social	Dr. Coutinho	--
i) Habitação	Bairro Social	Dr. Coutinho	--
j) Proteção civil	Proteção Civil	Raul Duarte	--
l) Ambiente e saneamento básico	Ambiente	Dr. Coutinho	Eng.ª Elisabete
n) Promoção do desenvolvimento	A.A.E.	Eng.ª Elisabete	--
o) Ordenamento do território e urbanismo	Ordenamento do território	Dr. Coutinho	Eng.ª Elisabete
	Urbanismo	Eng.ª Elisabete	Dr. Almeida e Costa
p) Polícia municipal	--	--	--
q) Cooperação externa	--	--	--



8.1.6 Organização contabilística

O sistema informático funciona de acordo com as normas definidas no POCAL e o software utilizado nos registos contabilísticos é o pertencente à empresa Medidata.

As operações contabilísticas encontram-se integradas, não havendo descentralização.

8.1.7 Outra informação relevante

8.1.7.1 Ações inspetivas

Data da ação	15-09-2014
Período abrangido	01-01-2011 a 31-12-2013
Entidade	IGF
N.º Proc.	2014/185/b1/999



8.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados

Nos pontos seguintes apresentamos a informação económica do ano de 2014, evidenciada nos principais documentos das demonstrações financeiras – Balanço e Demonstração de Resultados, para uma melhor explicação dos valores discriminados nos documentos principais que refletem o património do Município e as modificações ocorridas durante o ano económico.

Nos registos contabilísticos foram respeitados os princípios contabilísticos legalmente instituídos, os quais permitiram oferecer a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental do Município.

Foram, também, respeitados os princípios orçamentais, tanto para a elaboração do orçamento, como nas diferentes modificações processadas no decorrer do ano económico.

Seguidamente, serão apresentadas as “Notas ao Balanço e às Demonstrações de Resultados”, de acordo com o estabelecido no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações.

8.2.1 Disposições do POCAL derrogadas

O POCAL obriga à aplicação simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. A contabilidade de custos encontra-se incipientemente implementada, revelando-se de aplicação difícil devido à escassez de recursos humanos, designadamente com formação em contabilidade.

No entanto, poderemos afirmar que a ausência da contabilidade de custos não teve efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados, pelo que a informação neles expressa, reflete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, dos fundos próprios e dos resultados da autarquia.

Durante o exercício de 2014, foram tomados em consideração todos os princípios contabilísticos, com vista à necessidade das demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e adequada do ativo, passivo e resultado do exercício desta autarquia.

8.2.2 Contas não comparáveis com exercícios anteriores

Situação não constatada.



8.2.3. – Critérios valorimétricos e métodos de cálculo

Foram adotados os seguintes critérios e métodos indicados no POCAL:

- para as Existências, o custo de aquisição;
- para as Imobilizações, o custo de aquisição ou o custo de produção, acrescidos dos respetivos encargos, de acordo com a situação em concreto;
- para as Amortizações, foi seguido o previsto na Portaria n.º 671/2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

8.2.3 Cotações para conversão de moeda

Situação não constatada.

8.2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira

Situação não constatada.

8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado

O resultado do exercício foi afetado negativamente com correções efetuadas no exercício e relativas a custos de exercícios anteriores, pela contabilização do custo da venda dos terrenos da ZI de Cedrim no valor de euros 122 407,12.

A existência, ainda que bastante inferior em comparação com anos anteriores, de obras finalizadas registadas na conta 44 e que afetam positivamente o resultado do exercício pela inexistência de amortizações, no valor de euros 178 153,07.

8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento»

Situação não constatada.

8.2.7 Movimentos ocorridos no imobilizado

Encontram-se evidenciados nos mapas seguintes:



Ativo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações / Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	19.340.712,40		18.000,00			19.358.712,40
Edifícios	0,00					0,00
Outras construções e infraestruturas	19.328.504,66		2.121.844,15			21.450.348,81
Bens património histórico, artístico e cultural	56.250,22					56.250,22
Outros bens de domínio público	0,00					0,00
Imobilizações em curso	5.209.352,58		459.278,36		1.886.812,63	3.781.818,31
Ad. por conta de bens de domínio público	0,00					0,00
Subtotal	43.934.819,86	0,00	2.599.122,51	0,00	1.886.812,63	44.647.129,74
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	0,00					0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00					0,00
Propriedade industrial e outros direitos	45.825,64					45.825,64
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Ad. por conta de imobilizações incorpóreas	0,00					0,00
Subtotal	45.825,64	0,00	0,00	0,00	0,00	45.825,64
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	2.426.346,01		803.567,30		192.454,94	3.037.458,37
Edifícios e outras construções	15.045.060,74		9.489.800,76			24.534.861,50
Equipamento básico	1.881.310,04		848.896,96		135.221,94	2.594.985,06
Equipamento de transporte	1.518.020,28		48.263,52		316.964,65	1.249.319,15
Ferramentas e utensílios	92.563,75		3.132,96		9.774,89	85.921,82
Equipamento administrativo	934.940,36		50.497,59		112.762,04	872.675,91
Taras e vasilhame	0,00					0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.371.895,38		576.467,02		19.527,15	1.928.835,25
Imobilizações em curso	4.961.348,74		537.654,20		4.539.397,42	959.605,52
Ad. por conta de imobilizações corpóreas	0,00					0,00
Subtotal	28.231.485,30	0,00	12.358.280,31	0,00	5.326.103,03	35.263.662,58
De investimentos financeiros						
Partes capital	45.375,01		456.757,09			502.132,10
Obrigações e títulos de participação	0,00					0,00
Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	275.805,31					275.805,31
Inv. Imóveis - Edifícios e outras construções	1.043.797,79		7.939,01			1.051.736,80
Outras aplicações financeiras	560,00					560,00
Imobilizações em curso	7.341.102,87				7.341.102,87	0,00
Ad. Por conta de investimentos financeiros	0,00					0,00
Subtotal	8.706.640,98	0,00	464.696,10	0,00	7.341.102,87	1.830.234,21
Totais	80.918.771,78	0,00	15.422.098,92	0,00	14.554.018,53	81.786.852,17



Amortizações	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios	0,00			0,00
Outras construções e infraestruturas	6.964.706,02	1.034.788,56		7.999.494,58
Bens património histórico, artístico e cultural	0,00			0,00
Outros bens de domínio público	0,00			0,00
Subtotal	6.964.706,02	1.034.788,56	0,00	7.999.494,58
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0,00			0,00
Despesas de investigação	0,00			0,00
Propriedade industrial e outros direitos	3.860,64	965,16		4.825,80
Subtotal	3.860,64	965,16	0,00	4.825,80
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	3.857.374,32	1.632.280,62		5.489.654,94
Equipamento básico	1.569.117,85	167.689,87	135.158,71	1.601.649,01
Equipamento de transporte	1.264.582,16	37.266,45	316.964,65	984.883,96
Ferramentas e utensílios	84.453,19	3.189,30	9.767,34	77.875,15
Equipamento administrativo	860.202,69	35.302,47	112.682,25	782.822,91
Taras e vasilhame	0,00			0,00
Outras imobilizações corpóreas	935.517,49	188.190,13	11.243,04	1.112.464,58
Subtotal	8.571.247,70	2.063.918,84	585.815,99	10.049.350,55
De investimentos financeiros				
Partes de capital	0,00			0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00			0,00
Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Inv. Imóveis - Edifícios e outras construções	433.106,37	21.454,74		454.561,11
Outras aplicações financeiras	0,00			0,00
Subtotal	433.106,37	21.454,74	0,00	454.561,11
Totais	15.972.920,73	3.121.127,30	585.815,99	18.508.232,04

8.2.8 Informação dos mapas desagregada

A desagregação de cada uma das rubricas constantes dos mapas atrás apresentados e a respetiva informação encontra-se evidenciada no mapa síntese dos bens inventariados que juntar-se-á às demonstrações financeiras desta prestação de contas.

8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Situação não constatada.



8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Situação não constatada.

8.2.11 Quadro das reavaliações

Situação não constatada.

8.2.12 Informação sobre imobilizações:

8.2.12.1 Imobilizações em poder de terceiros

Encontra-se transferida a administração de bens às seguintes entidades:

- EDP – Rede de iluminação pública;
- ADRA – Reservatórios e rede de distribuição de água e de saneamento;
- Parque Escolar – Terreno onde foi construído o Pavilhão gimnodesportivo.

8.2.12.2 Imobilizações implantadas em propriedade alheia

Número de inventario	Descrição	Proprietário do bem	Anos na posse do Município
19456	Campo de jogos de Pessegueiro do Vouga	Juventude Académica Pessegueirense	25

8.2.12.3 Imobilizações reversíveis

Situação não constatada.

8.2.12.4 Discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados

Situação não constatada.

8.2.13 Bens utilizados em regime de locação financeira

Situação não constatada.

8.2.14 Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

Existem ainda bens imóveis que não se encontram valorizados e inventariados e que integram o domínio privado e público municipal.

No que se refere aos bens móveis presumimos estarem registados todos os bens pertencentes à autarquia.



Quanto aos bens imóveis de domínio privado, estando a maior parte dos bens inventariados, faltam ainda alguns registos na Conservatória do Registo Predial.

Consideramos que ainda faltam realizar um levantamento, inventariação e avaliação dos bens do domínio público, de forma a atingir a sua globalidade.

8.2.15 Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Os terrenos pertencentes ao domínio público não são objeto de amortização.

Não são ainda objeto de amortização os bens de domínio público referidos no ponto 8.2.14.

8.2.16 Entidades participadas

Entidades participadas	Sede	NIPC	Capital	Valor	Quantidade	% Participação	Resultado do Exercício
ERSUC - Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos de Coimbra, S.A.	Coimbra	503004405	4.075.000,00	25.540,00	5108	0,63%	605.006,00
WRC - WEB para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Curia	506053628	1.375.750,00	2.500,00	500	0,18%	-14.598,64
Associação Beira Atlântico Parque	Cantanhede	504843354		5.000,00			0,00
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Oeiras	504475606	3.236.678,67	4.985,01	1000	0,15%	36.686,81
ADRA - Águas da Região de Aveiro, SA	Aveiro	509107630	15.000.000,00	7.350,00	7500	0,05%	1.065.811,00
Fundo de Apoio Municipal	Lisboa	513319182	650.000.000,00	456.757,09		0,07%	0,00
Totais				502.132,10			

8.2.17 Títulos negociáveis

Situação não constatada.

8.2.18 Outras aplicações financeiras

Aplicações financeiras	Entidade bancária	Prazo	Valor aplicado
0777000253420 - N.º 1	Caixa Geral de Depósitos	92	225.000,00
0777000253420 - N.º 2	Caixa Geral de Depósitos	184	500.000,00
0777000253420 - N.º 3	Caixa Geral de Depósitos	365	500.000,00
0777000253420 - N.º 4	Caixa Geral de Depósitos	365	1.000.000,00
0777013500320 - N.º 1	Caixa Geral de Depósitos	31	100.000,00
0777013500320 - N.º 2	Caixa Geral de Depósitos	184	200.000,00
0777021189320 - N.º 1	Caixa Geral de Depósitos	92	100.000,00
Totais			2.625.000,00



8.2.19 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Situação não constatada.

8.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Situação não constatada.

8.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Situação não constatada.

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Situação não constatada.

8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Situação não constatada.

8.2.24 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Situação não constatada.

8.2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Situação não constatada.



8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa.

Contas de Ordem	Saldo Inicial	Movimento Anual		Saldo Final
		Débitos	Créditos	
Garantias e Cauções	562.036,24	101.974,64	94.510,55	554.572,15
Caução de Empreitada	545.196,68	101.974,64	94.510,55	537.732,59
Urbiplantec, Lda	0,00	7.869,50	13.479,31	5.609,81
Construtora da Corga, S.A.	7.406,79			7.406,79
Aso-Construções, Lda	108.142,35	2.670,89	5.505,57	110.977,03
Construtora Paulista, Lda	27.166,20	20.645,44	31.421,19	37.941,95
Coutinho & Coutinho, Lda	1.362,87			1.362,87
Snsv - Soc. Nacional de Sinal. Vertical, Lda	1.794,00			1.794,00
Construções Modesto & Matos, S.A.	9.829,38	5.395,68	1.366,00	5.799,70
Manuel da Silva, Lda	3.332,36			3.332,36
Afonso Malheiros, Lda	200,88			200,88
Fernando L. Gaspar-Sinalização e Equipamentos	4.910,05			4.910,05
Construções Carlos Pinho, Lda	31.044,25	3.511,41		27.532,84
Encobarra - Engenharia e Construções, S.A.	48.992,75	48.992,75		0,00
Paviazeméis - Pavimentações de Azeméis, Lda	158.198,44	7.264,38	16.370,52	167.304,58
Sergifer, Lda	563,46			563,46
Framegas & Santos, Lda	0,00		2.907,72	2.907,72
Imoserra - Investimentos Imobiliários, Lda	394,44			394,44
Construções Sousa & Matos, Lda	559,39			559,39
Vida Pereira & Gomes, Lda	7.509,00			7.509,00
Pedro Cruz, Empreiteiros, S.A.	8.165,35	381,19	9.080,34	16.864,50
Jomanor, Lda	0,00		8.777,06	8.777,06
Eri-Engenharia, S.A.	10.205,99			10.205,99
Eon Industrias Criativas, Lda	5.243,40	5.243,40		0,00
Diadema Construções, Lda	1.776,54		1.249,36	3.025,90
Narciso de Carvalho & Silva, Lda	1.450,00			1.450,00
Ferreira - Construções, SA	106.948,79			106.948,79
Glorybox, Lda	0,00		4.353,48	4.353,48
Caução/Garantia Fornecedor Corrente	7.290,00	0,00	0,00	7.290,00
Fernando Ribeiro dos Santos	2.180,00			2.180,00
Carlos Manuel Cabral Fidalgo	5.110,00			5.110,00
Caução para Licenciamento Sanitário	1.524,13	0,00	0,00	1.524,13
Caução de Água	7.124,61	0,00	0,00	7.124,61
Caução de Habitação	199,52	0,00	0,00	199,52
Caução de Arrendamento	701,30	0,00	0,00	701,30
Graciela Denise Vasconcelos Oliveira	151,30			151,30
Sofia Margarida Alves Fernandes	300,00			300,00
Paulo Jorge de Almeida e Silva	250,00			250,00
Recibos para Cobrança	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	562.036,24	101.974,64	94.510,55	554.572,15



8.2.27 Provisões (desdobramento)

No ponto 2.71 do POCAL, encontram-se indicadas as regras quanto à constituição de provisões. Este ano, constituímos um reforço na provisão no valor de euros 73 066,34.

Conta Geral	Provisões	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00			0,00
29.1.1	Provisões para cobrança duvidosa - Clientes c/c	28.037,03		3.815,87	24.221,16
29.1.2	Provisões para cobrança duvidosa - Contribuintes	10.371,64	126,35		10.497,99
29.1.3	Provisões para cobrança duvidosa - Utentes	72.927,04	11.506,01		84.433,05
29.1.8	Provisões para cobrança duvidosa - Outros	0,00	58.982,20		58.982,20
29.2	Provisões para riscos e encargos	0,00			0,00
39.2	Provisões para depreciação de mercadorias	7.014,14	13.281,79	7.014,14	13.281,79
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00			0,00
Totais		118.349,85	83.896,35	10.830,01	191.416,19

8.2.28 Fundo Patrimonial (Classe 5) - Variações

Conta Geral	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51	Património	21.783.209,23			21.783.209,23
57.1	Reservas Legais	1.018.043,04	114.044,40		1.132.087,44
59	Resultados Transitados	20.618.656,32	2.750.576,46	882.186,41	22.487.046,37
88	Resultado Líquido do Exercício	2.280.887,90	1.349.715,97	2.280.887,90	1.349.715,97
Totais		45.700.796,49	4.214.336,83	3.163.074,31	46.752.059,01

Existiram movimentos na conta 59 – Resultados Transitados, que originaram correções ao valor do fundo patrimonial, conforme evidenciamos nos pontos seguintes.

- Correções de amortizações acumuladas de projetos inventariados em 2014, mas com data de término inferior a esse ano.

NI	Descrição do bem	Valor	Receção provisória	Dias decorridos até 02/01/2014	Amortizações acumuladas até 01/02/2014
17027	Vougapark	5.821.455,06	21-06-2012	560	446.577,37
18083	Centro escolar de Rocas	838.119,37	10-04-2012	632	72.560,47
18509	Centro escolar do Couto	762.086,10	23-03-2012	650	67.856,98
19443	Cozinha comunitaria	116.459,90	20-04-2012	622	9.923,02
19469	Estacionamento CAE	60.171,93	06-10-2011	818	6.742,55
19485	Parque de Energia	148.794,35	20-03-2012	653	13.309,96
19565	Pista Ciclável	675.706,75	24-07-2013	162	14.995,14
19409	Centro de camionagem	1.200.928,82	02-11-2009	1521	250.220,92
Totais					882.186,41

- Correções de diferimento de proveitos de projetos financiados no valor de euros 469 688,56.

**8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

Custo da Mercadoria Vendida e da Matéria Consumida	32.4 - Mercadorias - Livros e Revistas	32.9 - Mercadorias - Outras	36.1 - Matérias Primas	36.3 - Matérias Primas, Subs. e de Consumo	Totais
Existências Iniciais	44.026,96	39.020,86		1.845,60	84.893,42
Compras	14.112,51	60.293,02	44,53	5.162,06	79.612,12
Regularização		-9.330,80			-9.330,80
Existências Finais	56.287,64	89.670,16	22,26	3.238,80	149.218,86
Custos do Exercício (CMVMC)	1.851,83	312,92	22,27	3.768,86	5.955,88

8.2.30 Demonstração da variação da produção

Situação não constatada.

8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPOSTADOS	79.273,66	97.520,17	781 - JUROS OBTIDOS	4.837,56	642,26
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	21.454,74	21.170,28	783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	32.918,62	27.419,95
684 - PROVISÕES PARA PLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	2.051,10	3.095,64
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	3.832,38	3.901,67	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	272.642,59	246.305,70	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	337.396,09	337.739,97
Total	377.203,37	368.897,82	Total	377.203,37	368.897,82

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFÊRENCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	174.169,39	164.591,57	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS			793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	205,31	264,86
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	12.955,68	1.843,58	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	33.722,10	27.245,00
695 - MULTAS E PENALIDADES	740,00		795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	10.887,91	7.910,43
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	3.815,87	837,51
697 - CORRECÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	154.605,82	9.953,48	797 - CORRECÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	47.487,34	58.254,95
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	7.613,96	9.830,76	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	1.583.940,76	826.876,01
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	1.329.974,44	735.169,37	Total	1.680.059,29	921.388,76
Total	1.680.059,29	921.388,76			



8.3 Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1 Modificações do orçamento

8.3.1.1 Receita

Foram realizadas três revisões orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
8.700.000,00	2.398.992,30	798.992,30	10.300.000,00

8.3.1.2 Despesa

Foram realizadas oito alterações e três revisões orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
8.700.000,00	2.921.220,00	1.321.220,00	10.300.000,00

8.3.2 PPI

Foram realizadas oito alterações e três revisões orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
3.447.480,00	1.180.700,00	0,00	4.628.180,00

8.3.3 Contratação administrativa

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4 Transferências e subsídios

8.3.4.1 Transferências correntes – Despesa

Valor global = 812 108,51

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.2 Transferências capital – Despesa

Valor global = 194 134,83

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.3 Subsídios concedidos

Situação não constatada.



8.3.4.4 Transferências correntes – Receita

Valor global = 4 787 450,37

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.5 Transferências capital - Receita

Valor global = 628 299,69

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.6 Subsídios obtidos

Situação não constatada.

8.3.5 Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

8.3.5.1 Ativos de rendimento fixo

Programa Finicia

Nome	Saldo Inicial	Entregas	Saldo Final
Ana Paula Martins da Costa	5 849,84	1 950,00	3 899,84
Audioglobo	3 450,00	1 950,00	1 500,00
Sociedade Diverescusa	891,10	579,28	311,82
Ledout - Comunicação em Outdoors Digitais, Lda	8 437,50	2 437,50	6 000,00
Turnauga	68,88	68,88	0,00
Totais	18 697,32	6 985,87	11 711,45

8.3.5.2 Ativos de rendimento variável

Situação não constatada.

8.3.6 Endividamento

Informação exarada no Relatório de Gestão.

8.3.6.1 Empréstimos

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

Nos empréstimos n.º 9015005495491, no valor de um milhão de euros contratado, e no n.º 9015006771191, no valor de 2,5 milhões de euros contratado, realizados pela anterior empresa municipal e contraídos na CGD, informa-se que existe uma garantia real de



hipoteca até aos montantes indicados, sobre os prédios registados na Conservatória do Registo Predial sob os números 11, 14, 23, 562 e 1324.

Foi realizada uma amortização extraordinária ao empréstimos 9015005495491, no valor de euros 250 000,00.

8.3.6.2 Outras dívidas a terceiros

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.